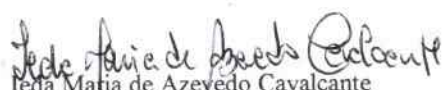


MARINA BARRA CLUBE
CNPJ 27.644.400/0001-96
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reias - R\$)

ATIVO	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de Caixa	8.271.146	5.222.003
Contas a receber	794.213	770.733
Adiantamentos	62.170	29.505
Estoque	252.689	209.903
Títulos patrimoniais	58.909	43.675
Despesas antecipadas	66.150	63.829
Contingencias Ativas a Receber	262.730	262.730
Creditos Fiscais e tributários	128.168	-
Outras contas a receber	263.127	217.647
Total ativo circulante	10.159.300	6.820.027
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	5.711.571	5.319.148
Outros ativos não curculantes	654.992	1.080.962
Imobilizado	17.591.069	17.218.427
Intangível	29.090	12.917
Total ativo não circulante	23.986.721	23.631.453
TOTAL DO ATIVO	34.146.022	30.451.480

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


Cláudio César Leite Alves
Presidente Executivo
CPF 393.584.027-68


Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora – CRC-RJ 055083/0-6
CPF 801.611.897-68

MARINA BARRA CLUBE
CNPJ 27.644.400/0001-96
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais - R\$)

PASSIVO

Circulante

	2022	2021
Fornecedores	6.426.444	5.877.577
Tributos e contribuições a recolher	385.916	366.520
Obrigações trabalhistas	1.001.256	860.802
Adiantamento de sócios	421.313	416.298
Tributos a pagar	1.045.337	950.638
Outras contas a pagar	197.171	198.183
Total passivo circulante	9.477.438	8.670.018

Não circulante

Provisão para contingências	2.108.107	2.166.101
Outros passivos não circulantes	654.992	1.080.962
Parcelamentos a pagar	2.024.910	2.679.027
Total passivo não circulante	4.788.009	5.926.090

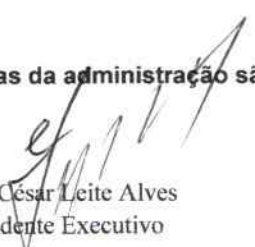
Patrimônio Líquido

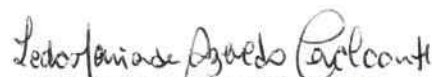
Patrimônio social	7.370.835	7.402.650
Reserva de capital	3.085	3.085
Resultados acumulados	12.506.655	8.449.638
Total patrimônio líquido	19.880.575	15.855.373

TOTAL DO PASSIVO

34.146.022	30.451.480
-------------------	-------------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


Cláudio César Leite Alves
Presidente Executivo
CPF 393.584.027-68

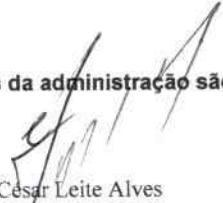

Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora – CRC-RJ 055083/0-6
CPF 801.611.897-68

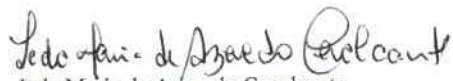
MARINA BARRA CLUBE
CNPJ 27.644.400/0001-96
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais - R\$)

	2022	2021
Receitas operacionais		
Taxa estatutária	22.077.164	18.434.124
Taxa de investimentos e obras	1.455.378	1.348.984
Taxa de náutica	484.719	588.333
Taxa Esportivas	274.315	0
Títulos patrimoniais	245.177	165.310
Receitas com serviços prestados	4.043.303	2.643.558
Receitas eventuais	687.231	554.262
Outras receitas	37.347	19.542
Receita líquida	29.304.634	23.754.113
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	-13.992.830	-12.814.659
Despesas com material	-2.188.649	-1.704.012
Despesas com serviços de terceiros	-1.603.813	-1.390.225
Despesas gerais	-4.438.361	-3.620.478
Despesas tributárias	-600.539	-503.170
Despesas com depreciação	-1.114.939	-1.041.697
Outras despesas	-102.254	-22.319
Total receitas (despesas) operacionais	-24.041.384	-21.096.559
Superávit (déficit) antes das receitas e despesas	5.263.250	2.657.554
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	922.079	351.906
Despesas financeiras	-1.789.423	-1.559.677
Total resultado financeiro	-867.344	-1.207.771
Superávit (déficit) do exercício	4.395.906	1.449.782

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


Cláudio César Leite Alves
Presidente Executivo
CPF 393.584.027-68


Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora – CRC-RJ 055083/0-6
CPF 801.611.897-68

MARINA BARRA CLUBE
CNPJ 27.644.400/0001-96
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais - R\$)

	2022	2021
Resultados abrangentes		
Superávit (déficit) do Exercício	4.395.906	1.449.782
Outros resultados abrangentes		
Reversão de IPTU	(133.474)	15.539.583
Reversão de SPU	(220.738)	2.494.685
	(354.212)	18.034.267
Resultado do exercício + Resultado abrangente	4.041.694	19.484.050

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


Cláudio César Leite Alves
Presidente Executivo
CPF 393.584.027-68


Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora – CRC-RJ 055083/0-6
CPF 801.611.897-68

MARINA BARRA CLUBE
CNPJ 27.644.400/0001-96
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais - R\$)

	Patrimônio Social				Total
	Titulos patrimoniais	Titulos doados (cancelados)	Reserva de Lucros	Superávit (déficits) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.954.115	(551.465)	3.085	8.449.639	15.855.373
Aumento (Redução) de capital	-	(31.815)	-	-	(31.815)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	15.323	15.323
Reversão IPTU				(133.474)	(133.474)
Reversão SPU				(220.738)	(220.738)
Superávit (déficit) do exercício	-	-	-	4.395.906	4.395.906
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.954.115	(583.280)	3.085	12.506.655	19.880.575

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras


Cláudio Cesar Leite Alves
Presidente Executivo
CPF 393.584.027-68


Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora - CRC-RJ 055083/0-6
CPF 801.611.897-68

MARINA BARRA CLUBE
CNPJ 27.644.400/0001-96
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais - R\$)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	4.395.906	1.449.782
Ajustes de receitas e despesas que não envolvem recursos de caixa		
Depreciação e amortização	1.114.939	1.041.697
Provisões operacionais	-	(1.059.409)
Títulos cancelados (Patrimônio Líquido)	(31.815)	(46.706)
Ajustes de exercício anterior (Patrimônio líquido)	15.323	(10.746)
Reversões tributárias (Patrimônio líquido)	(354.212)	18.034.267
Despesas que não afetam diretamente caixa e equivalentes de caixa	-	80.286
	5.140.141	19.489.171
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes	(68.959)	193.900
Adiantamentos e despesas antecipadas	(34.985)	(4.998)
Estoques	(42.785)	(64.508)
Depósitos judiciais	(392.423)	(253.230)
Outros ativos	282.569	(1.307.432)
Fornecedores	548.868	1.115.704
Impostos e taxas a pagar	94.699	64.131
Provisão para contingências	(57.994)	(17.876.405)
Parcelamentos a pagar	(654.117)	(288.587)
Outras contas a pagar	(262.116)	1.462.726
	(587.245)	(16.958.699)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	4.552.896	2.530.471
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Variação de Imobilizado e Intangível	(1.503.753)	(991.472)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.503.753)	(991.472)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.049.143	1.538.999
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa no início do exercício	5.222.003	3.683.004
Caixa no final do exercício	8.271.146	5.222.003
	3.049.143	1.538.999

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Cláudio Cesar Leite Alves
 Presidente Executivo
 CPF 393.584.027-68

Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
 Contadora – CRC-RJ 055083/0-6
 CPF 801.611.897-68

MARINA BARRA CLUBE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais (R\$))

1 - Contexto operacional

O Marina Barra Clube ("Entidade" ou "MBC") é uma associação civil sem fim lucrativo fundada em 1982 e inaugurada em 20 de janeiro de 1984, e tem por finalidade proporcionar aos seus associados o lazer, a prática de esportes e promover reuniões de caráter cívico, social e cultural.

As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas pressupondo a continuidade normal de suas atividades, considerando a geração de caixa operacional e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações.

2 - Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – "Entidades sem Finalidade de Lucros", combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

A apresentação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, porém, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelos diretores da Entidade em 31/01/2023.

b) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Para ativos, o custo histórico representa a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa paga ou o valor justo do ativo dado para adquirir o ativo quando de sua aquisição. Para passivos, o custo histórico representa a quantidade de recursos obtidos em caixa ou equivalentes de caixa recebidos ou o valor justo dos ativos não monetários recebidos em troca da obrigação na ocasião em que a obrigação foi incorrida, ou em algumas circunstâncias a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa que se espera sejam pagos para liquidar um passivo no curso normal dos negócios. O custo histórico amortizado é o custo do ativo ou do passivo mais ou menos a parcela de seu custo histórico previamente reconhecido como despesa ou receita.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Entidade é o Real (R\$). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores em centavos aproximados para reais, exceto quando indicado de outra forma. Portanto, os valores apresentados em reais quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.



3 - Principais políticas contábeis aplicadas

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os valores de realização desses instrumentos financeiros são iguais aos seus valores de mercado. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas dos balanços com vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade, podendo ser confiavelmente mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Entidade registra suas receitas em contas segregadas (tipos de receitas), com base no relatório de previsão de arrecadação mensal, com contrapartida em contas a receber correspondente ao tipo da receita.

Receita de aplicação financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de aplicações financeiras é incluída na rubrica "receitas financeiras", nas demonstrações do resultado.

d) Tributação

A Entidade é uma Associação sem fins lucrativos e devido a isso é isenta de pagamento dos tributos de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido.

O Programa de Interação Social (PIS) tem incidência de 1% sobre a folha de pagamento de salários e a Contribuição para financiamento da Seguridade Social (COFINS) tem redução da alíquota a 0% em decorrência do disposto na Lei nº 12.860 de 11 de setembro de 2013, alterada pela Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014.

i. Imposto sobre aplicações financeiras

As receitas de aplicações financeiras estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas suas respectivas alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS), cumulativa, com a alíquota é de 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), cumulativa, com alíquota de 4%.

e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de evento passado, sendo provável que um recurso

econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto.

4 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data base das demonstrações financeiras.

5 – Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa Geral	20.791	20.270
Cheques em Cobrança	-	(16.500)
Bancos Conta Movimento	17.717	18.308
Aplicações Financeiras (a)	8.135.596	4.813.348
Contas de Investimentos (b)	97.042	386.578
	<u>8.271.146</u>	<u>5.222.003</u>

(a) Referem-se aos investimentos em CDB mantidos pelos bancos Bradesco S.A., Santander S.A. e Itaú S.A.;

(b) Refere-se investimentos automáticos em CDB mantidos pelos bancos Itaú S.A. e Bradesco S.A.

6 – Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a Receber	728.026	702.703
Contas a Receber Eventos	11.143	9.028
Concessão de Espaço	55.044	59.002
	<u>794.213</u>	<u>770.733</u>

O grupo de contas a receber referem-se às taxas diversas (manutenção, obras e serviços utilizados), impostas aos associados, sendo à vista ou parceladas, nos diversos departamentos do clube, acrescidas de multa por atraso.



7 – Adiantamentos

	2022	2021
Adiantamento a Funcionários	4.847	6.559
Adiantamento a Fornecedores	40.951	6.624
Adiantamento a Federações	15.807	15.453
Outros Créditos a Funcionários	565	869
	62.170	29.505

8 – Estoque

O saldo de **R\$ 252.689** apresentado nesta conta, em 31 de dezembro de 2022 (**R\$ 209.903**, em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos materiais ou suprimentos em estoque para utilização nas diversas atividades realizadas pela Entidade, sendo avaliados pelo custo médio ponderado.

9 – Títulos patrimoniais

O montante de **R\$ 58.909**, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2022 (**R\$ 43.675**, em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos títulos patrimoniais de posse da Entidade.

10 – Despesas antecipadas

O saldo de **R\$ 66.150**, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2022 (**R\$ 63.829**, em 31 de dezembro de 2021) refere-se às despesas com prêmio de seguros e parte de vale transportes descontados dos funcionários.

11 – Contingências ativas a receber

O saldo de **R\$ 262.730**, apresentado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2022, (**R\$ 262.730**, em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos valores a receber, referentes aos processos judiciais contra as empresas Industec Serviços e Glow Soluções Técnicas Industrial Consultoria Ltda., transitado em julgado e sem possibilidades de recursos.

12 – Outras contas a receber

O saldo de **R\$ 263.127** apresentado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2022 (**R\$ 217.647** em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos créditos não operacionais a serem compensados no exercício subsequentes.

13 – Depósitos judiciais

	2022	2021
Reclamações Trabalhistas	194.762	183.628
Depósito Judicial	158.483	156.215
Depósito Judicial - LIGHT (a)	5.090.759	4.711.737
Depósito Judicial - SPU	267.567	267.567
	5.711.571	5.319.148

(a) Referem-se aos pagamentos através de depósitos judiciais, das contas da Light Serviços de Eletricidade S.A., correspondentes ao processo judicial sob o nº 2008.001.014978-2.



14 – Outros ativos não circulantes

	2022	2021
MTS Documentações	13.274	-
Garantias contrato Energia Eletrica - CPFL	641.718	1.080.962
	654.992	1.080.962

O saldo de **R\$ 654.992** apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2022 (**R\$ 1.080.962**, em 31 de dezembro de 2021), foi provocado, basicamente, pela garantia compulsória referente ao contrato pactuado com a empresa CPFL Energia para fornecimento de energia elétrica para o Marina Barra Clube.

15 – Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos do ativo Imobilizado estavam apresentados da seguinte forma:

Descrição	2022			2021	
	Taxa Anual Depreciação	Custos	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Sede					
Terrenos	-	4.888.262	-	4.888.262	4.888.262
Edificações	4%	7.889.825	(7.601.439)	288.387	333.037
Máquinas de Escritório	10%	14.459	(14.458)	1	1
Equipamento Informática	20%	704.714	(483.971)	220.743	108.625
Equip. de Comunicação	10%	102.557	(82.050)	20.508	22.634
Máquinas e Equipamentos	10%	3.375.816	(2.137.534)	1.238.283	712.166
Móveis e Utensílios	10%	1.900.918	(1.418.768)	482.150	475.831
Instalações	10%	671.679	(437.911)	233.768	279.685
Benfeitorias	4%	6.111.746	(1.680.852)	4.430.893	4.491.486
Embarcação	10%	800	(720)	80	160
Concessões Telefônicas	-	3.200	-	3.200	3.200
Obras de Arte	-	22.721	-	22.721	22.721
Bens em andamento	-	94.632	-	94.632	222.236
Obras em Andamento	-	1.950	-	1.950	489.691
		25.783.281	(13.857.703)	11.925.578	12.049.735

CO

Descrição	2022			2021	
	Taxa Anual Depreciação	Custos	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Ilha					
Terrenos	-	735.000	-	735.000	735.000
Edificações	4%	5.973.704	(3.231.698)	2.742.006	2.980.954
Equipamento Informática	20%	49.105	(28.537)	20.567	5.746
Equip. de Comunicação	10%	15.012	(7.422)	7.590	8.935
Máquinas e Equipamentos	10%	1.648.376	(990.116)	658.261	438.679
Móveis e Utensílios	10%	233.565	(150.693)	82.872	66.747
Benfeitorias	4%	1.660.530	(241.336)	1.419.194	932.629
		10.315.292	(4.649.802)	5.665.490	5.168.692
TOTAL		36.098.573	(18.507.505)	17.591.069	17.218.427

A Entidade contratou empresa especializada em gestão de ativos e teste de impairment, cujo objetivo é a realização de inventário completo dos seus ativos permanentes e aplicação do teste de redução ao valor recuperável desses ativos (impairment).

16 – Intangível

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos do ativo Intangível estavam apresentados da seguinte forma:

Descrição	2022			2021	
	Taxa Anual Amortização	Custos	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	-	4.015	-	4.015	4.015
Software	20%	140.872	(115.798)	25.075	8.902
TOTAL		144.887	(115.798)	29.090	12.917

17 – Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores de Material	400.059	350.317
Fornecedores Prestadores Serviço (a)	6.026.385	5.527.260
	6.426.444	5.877.577

(a) Aproximadamente 90% do saldo desta conta é composto de valores depositados a favor da **Light Serviços de Eletricidade S.A.**, aos quais referem-se às contas pagas através de depósitos judiciais decorrente do processo judicial de nº 2008.001.014978-2, identificado na nota explicativa nº 13.

18 – Tributos e contribuições a recolher

	2022	2021
INSS a Pagar	234.078	206.936
FGTS a Pagar	77.474	66.262
Pis s/ Folha de Pgto a Pagar	12.804	10.921
Salário Educação	-	-
Pensão Alimentícia	5.109	4.774
INSS Parcelamento 2012/2016	-	29.623
Encargos Tributários	45.815	37.274
Retenções de tributos	10.637	10.731
	385.916	366.520

19 – Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Pessoal	1.805	1.280
Trabalhista	999.451	859.522
	1.001.256	860.802

20 – Adiantamentos de sócios

	2022	2021
Receitas Antecipadas Diversas	168.262	184.059
Antecipações Diversas	207.873	195.995
Concessionario	45.179	36.245
	421.313	416.298

21 – Tributos a pagar

	2022	2021
IPTU a Pagar	533.173	482.859
SPU a Pagar - MBC	512.164	467.780
IBAMA - Processo Judicial	-	-
	1.045.337	950.638

22 – Outras contas a pagar

	2022	2021
Serviços Prestados p/ Terceiros	24.574	21.520
Seguros a Pagar	10.982	18.377
Contratos de Eventos	20.901	14.506
Numerários em Transito	94.771	143.040
Outras Obrigações Administrativas	1.165	740
Natalia Brandão Lacerda-LGPD	12.920	-
MTS Documentações	31.858	-
	197.171	198.183

23 – Provisão para contingências

	2022	2021
IPTU - Imposto Territorial Urbano	-	-
SPU a pagar - MBC	2.108.107	1.857.948
SPU a pagar - ILHA	-	308.153
	2.108.107	2.166.101

Periodicamente, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as probabilidades de eventuais perdas e efetua os ajustes necessários na provisão constituída. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração, constituiu provisões para contingências para cobrir as perdas esperadas, classificadas como prováveis dentro dos processos em andamento.

Abaixo, estamos apresentando o resumo dos processos em andamento do escritório Bichara Advogados, que cuida das áreas Tributária, Civil e Federal:

TRIBUTÁRIO

DÉBITOS MUNICIPAIS DO IPTU

As Execuções Fiscais, em trâmite perante o Tribunal de Justiça Estadual, nas quais é cobrado o IPTU relativo aos exercícios de 1995, 1996 e de 1999 a 2007.

Em relação aos débitos de IPTU referentes ao exercício de 2000 e 2001, foi proferida sentença declarando nula a Execução Fiscal nº 0197637-15.2004.8.19.0001, por ausência de título executivo líquido, certo e exigível, extinguindo a execução fiscal. Isto porque, o Escritório obteve decisão judicial favorável, nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 0294583- 10.2008.8.19.0001, que extinguiu os créditos de IPTU, em face da prescrição.

Atualmente, se encontram em fase de cumprimento de sentença. Nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 0224785-35.2003.8.19.0001, em que se discute os débitos de IPTU referente ao exercício de 1999, foi iniciada a fase de cumprimento de sentença, após o escritório obter decisão favorável, em definitivo, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0016554-78.2018.8.19.0000, na qual foi reconhecida a extinção da cobrança relacionada ao montante de R\$ 5.917.842,80, em razão da prescrição.

Cumprir salientar, ainda, que os débitos referentes aos exercícios de 1995, 1996, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, foram incluídos no programa "Concilia Rio".

Os débitos dos exercícios de 2002, 2003 e 2004 foram quitados por meio do programa "Concilia Rio" de 2015. Em relação a estes períodos, foi constatado que a Marina Barra Clube não tinha realizado o pagamento dos honorários advocatícios à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, motivo pelo qual realizou outro parcelamento para quitar estes honorários, através do "Concilia Rio" 2019 (Lei nº 6.640/2019).

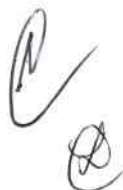
PROCESSOS FEDERAIS

Sobre as ações ajuizadas em face da União Federal, as quais atacam as cobranças de foro, taxa de ocupação e laudêmio, destacamos o seguinte:

Nos autos da Execução Fiscal nº 0168341-24.2017.4.02.5101, referente à taxa de ocupação e aforamento do exercício de 2014, foi determinada a suspensão do feito em 02 de junho de 2021, ante o parcelamento do débito executado pelo Clube. Por ter sido parcelado o débito executado, informamos que o recurso de Agravo de Instrumento nº 5015187- 67.2020.4.02.0000, interposto contra decisão que rejeitou nossa Exceção de Pré-Executividade, transitou em julgado de maneira improcedente, em 14/09/2022.

No que tange à Ação Ordinária nº 5033722-04.2019.4.02.5101, que objetiva o reconhecimento da nulidade do Processo Administrativo demarcatório nº 10768.015328/92-77- que deu origem à concessão de acréscimos de terrenos à Marinha (União Federal), em razão de vícios procedimentais que levaram à sua demarcação, bem como em razão da falta de intimação dos possuidores à época para oferecerem Impugnação à demarcação – após o julgamento improcedente da Apelação do Clube, interpusemos Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Contra tal decisão, iremos interpor Agravo em Recurso Especial, levando o recurso ao Superior Tribunal de Justiça, atualmente, os autos se encontram conclusos ao Relator (Ministro Paulo Sérgio Domingues).

Na Ação Ordinária nº 0022530-82.2007.4.02.5101, em que se discute a majoração dos valores devidos a título de foro e taxa de ocupação à União Federal, ante a alegação de que esses valores não poderiam acompanhar a valorização do valor de mercado dos imóveis, mas apenas haver a atualização mediante a simples aplicação do índice legal de correção monetária-após a reforma parcial da sentença pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, interpusemos o Agravo em Recurso Especial nº 1.259.558/RJ, no qual o Relator reconsiderou a decisão. A União interpôs agravo interno que não foi conhecido, em seguida, opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Aguarda-se julgamento definitivo pelo STJ.



Identificamos que foi ajuizada, contra o Clube, a Execução Fiscal nº 5024959- 77.2020.4.02.5101, pela União Federal, que objetiva a cobrança de Taxa de Ocupação, no valor de R\$ 319.725,54, consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa nº 70617007020-83.

Nos autos o Clube e a União informaram que o débito foi parcelado, de modo que foi proferida decisão suspendendo a execução até o pagamento integral. Neste momento, os autos permanecem suspensos.

Com relação aos processos em que se discute multa ambiental, o Ibama informou que o débito executado na Execução Fiscal nº 0160989-49.2016.4.02.5101 foi quitado, de modo que foi proferida sentença julgando extinta a execução, em 23/04/2022. Os autos já se encontram arquivados.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM AMBITO FEDERAL

Há, por fim, um terceiro grupo, o qual se restringe a dois processos administrativos federais (nºs 12259.001712/2010-83 e 12259.001714/2010-72), relativos a débitos previdenciários que somam aproximadamente **R\$ 850.000** e que foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, para julgamento dos respectivos Recursos Voluntários interpostos pela Marina Barra Clube, contra decisões que julgaram os lançamentos procedentes.

Diante da inexistência de comprovação do efetivo recolhimento dos valores – o que enfraquece o direito pleiteado pelo Clube –, o Escritório apresentou, em janeiro de 2022, petição nos autos dos processos alegando que grande parte dos valores em cobrança estavam extintos, pela decadência.

Ao julgar o Recurso Voluntário do Processo nº 12259.001712/2010-83, a Conselheira Relatora, mesmo reconhecendo em sua decisão que os débitos vinculados aos períodos de 01/1999 a 05/1999 e 06/1999 a 11/2001 estariam decaídos, resolveu converter o julgamento em diligência, a fim de que a Fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal se manifeste sobre o pagamento ou não das contribuições vinculadas ao período de 12/2001 a 11/2002.

Em ato contínuo, o Fiscal se manifestou em diligência, confirmando a declaração e pagamento destes débitos. Desse modo, procedemos com nova manifestação nos autos do PA nº 12259.001712/2010-83, reiterando os nossos fundamentos pela extinção: (i) dos débitos de Jan/1999 a Nov/2001, pela decadência; e (ii) dos débitos de competência de fevereiro e março de 2002, ante o pagamento.

Com relação ao PA nº 12259.001714/2010-72, o Recurso Voluntário foi julgado procedente pela Turma do CARF, que reconheceu a decadência da integralidade dos débitos previdenciários.

Aguarda-se o arquivamento definitivo do processo.

CÍVEL

Ações movidas por sócios em razão das regras de estacionamento.

Originalmente, foram ajuizados 12 (doze) processos movidos por 58 (cinquenta e oito) sócios contra o Marina Barra Clube, através dos quais os sócios pretendiam impedir a imposição de restrições de acesso ao estacionamento do clube.

Foi proferida sentença favorável ao Clube, rejeitando o pedido dos sócios em todos os processos. Os sócios apresentaram então recurso de apelação em todos os casos, o qual foi desprovido por unanimidade por acórdão, transitado em julgado, proferido pela 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em razão do trânsito em julgado dos acórdãos e, com a finalidade de encerrar os referidos processos para o Clube, foi celebrado acordo com o pagamento pelos Autores das custas que foram arcadas pelo MBC ao longo dos processos.

Posteriormente, foram ajuizadas novas ações por outros sócios, com o objetivo de questionar o regulamento de portaria.



Atualmente, existem 02 (duas) ações ativas relacionadas ao tema estacionamento que versam especificamente sobre a cobrança de multa imposta pelo MBC, em razão do descumprimento das regras de estacionamento. A sentença julgou improcedente o pedido de cobrança, tornando-a nula, considerando a ausência de previsão da multa no Estatuto do Clube. Em 2ª instância, a sentença foi confirmada, tendo sido mantida a anulação da cobrança pelo tribunal superior. Atualmente, aguarda-se a baixa e arquivamento dos autos, considerando que o MBC quitou a condenação em honorários de sucumbência.

Ainda sobre esse tema, está pendente a prolação de sentença da ação de obrigação de não fazer, movida em face do MBC, para que se abstenha de lançar as multas dirigidas, tendo em vista que esta demanda estava suspensa, aguardando o julgamento das ações conexas, que tratavam do mesmo objeto. Com o trânsito em julgado da sentença proferida naqueles processos, o curso desta ação foi retomado. Atualmente, o MBC apresentará suas alegações finais, reforçando que a demanda perdeu o objeto, uma vez que a discussão restou solucionada e decidida nas ações conexas, em sequência haverá a prolação de sentença.

Últimas ações distribuídas

Em 2019, surgiram duas novas ações, sobre matéria cível, envolvendo o Marina Barra Clube.

A primeira ação foi movida pelo sócio, com o objetivo de anular punição de suspensão que lhe foi aplicada. O pedido liminar formulado não foi deferido, a audiência de instrução e julgamento designada para março/2022 foi cancelada, em virtude da desistência da oitiva da testemunha. No momento atual, aguarda-se a prolação de sentença.

A segunda ação foi movida pelo Marina Barra Clube contra a ABB LTDA., buscando indenização pelos prejuízos advindos do descumprimento contratual e da falha na prestação dos serviços relacionados a contratação para a realização de reparos equipamento denominado "Chave de transferência automática ABB Modelo OTM 2500", necessário para operação de geradores de energia elétrica, tendo sido firmado acordo entre partes, no valor de **R\$ 240.000,00** em favor do MBC. Atualmente, aguarda-se a baixa e arquivamento do processo, considerando que a última parcela do acordo foi quitada em 15/12/2022.

Ao longo de 2019, surgiram apenas duas ações novas, sobre matéria cível, envolvendo o Marina Barra Clube.

A primeira ação foi movida por um sócio com o objetivo de anular punição de suspensão que lhe foi aplicada. O pedido liminar formulado não foi deferido e o processo aguarda prolação de sentença.

A segunda ação foi movida pelo Marina Barra Clube contra a ABB LTDA., buscando indenização pelos prejuízos advindos do descumprimento contratual e da falha na prestação dos serviços relacionados a contratação para a realização de reparos do equipamento denominado "Chave de transferência automática ABB Modelo OTM 2500", necessário para operação de geradores de energia elétrica. Atualmente, aguarda-se o deferimento das provas.

24 – Outros passivos não circulantes

	2022	2021
Contrato energia mercado livre (a)	641.718	1.080.962
MTS Documentações	13.274	-
	654.992	1.080.962

(a) o objeto do contrato é a comercialização da energia contratada a ser disponibilizada pela vendedora à compradora no ponto de entrega, durante o período de fornecimento com início em 01/11/2021 e término em 31/12/2024, data em que o contrato será revisto e novo período será objeto de negociação para mais 03 (três) anos ou, constatado a economia pretendida, por mais anos se assim for analisado pelo MBC. Esta revisão contratual poderá ser antecipada e sua prorrogação efetuada de acordo com os resultados obtidos e pretendidos.

A partir da assinatura do contrato do fornecimento de energia através do mercado livre de energia, o fornecimento deixa de ser efetuado pela Light e passa a ser feito pela comercializadora, buscando preços mais competitivos analisando as empresas fornecedoras.

25 – Parcelamentos a pagar

	2022	2021
SPU - Parcelamento (a)	1.676.837	1.880.942
IPTU a Pagar - n/c (b)	348.073	798.085
	2.024.910	2.679.027

(a) Refere-se aos parcelamentos do SPU-Taxa Ocupação 2013 a 2017-2019-2020 e SPU-Aforamento 2013 e 2014;

(b) Em dezembro de 2019 houve uma renegociação da dívida e realizado um novo parcelamento referente aos valores dos anos 2008 e 2009, bem como também foi incluída a dívida com os honorários advocatícios da Prefeitura do Rio de Janeiro dos anos 2002 a 2004.

26 – Patrimônio Líquido

O patrimônio social compreende os títulos sociais do Clube e os correspondentes títulos cancelados até o final do exercício.

Os principais ajustes ocorridos no exercício de 2022, contra os resultados acumulados referem-se a:

- Atualização da dívida do IPTU;
- Atualização da dívida do SPU.

27 – Receitas

27.1 – Taxa estatutária

	2022	2021
Taxa de Manutenção	21.704.273	18.181.274
Taxa de Transferência	372.891	252.851
	22.077.164	18.434.124

27.2 – Taxa de investimentos e obras

	2022	2021
Taxa Obras Especiais	615.648	570.925
Fundo Reserva SPU	839.730	778.059
	1.455.378	1.348.984

27.3 – Taxa de náutica

	2022	2021
Vaga Coberta	107.820	95.391
Vaga Descoberta	155.925	156.567
Lingada	-	426
Vaga de Pequeno Porte	66.318	50.816
Vaga Box	92.948	95.550
Atracação	540	720
Taxa de Energia	-	810
Taxa Diária de Permanência em Seco	-	-
Guardaria Sup (pranchas p/ stand up)	2.808	4.434
Taxa Ingresso 2020	58.360	183.620
	484.719	588.333



27.4 – Taxa esportiva

O montante de **R\$ 274.315**, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2022, refere-se às taxas arrecadadas da equipe de natação durante o exercício social de 2022.

27.5 – Títulos patrimoniais

O saldo de **R\$ 245.177** apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2022 (**R\$ 165.310** em 31 de dezembro de 2021) referem-se a receitas de títulos patrimoniais.

27.6 – Receitas com serviços prestados

	2022	2021
Concessões e instalações	667.587	400.957
Cursos e aulas	2.376.442	1.912.350
Sociais	578.975	-
Reembolso de serviços prestados	420.298	330.251
	4.043.303	2.643.558

27.7 – Receitas eventuais

	2022	2021
Custeio	389.892	357.526
Objetos sociais	297.339	196.736
	687.231	554.262

27.8 – Outras receitas

	2022	2021
Outras receitas eventuais		
Receitas Eventuais de objetivos sociais	36.096	19.542
Receitas Eventuais de Custeios	-	-
	36.096	19.542
Outras receitas operacionais		
Ganhos e Perdas	1.251	-
	1.251	-
	37.347	19.542

28 – Despesas**28.1 – Despesas com pessoal**

	2022	2021
Salários	(8.643.588)	(7.551.220)
Encargos	(2.600.129)	(2.397.423)
Indenizações	(117.623)	(285.823)
Outras despesas com pessoal	(2.631.489)	(2.580.193)
	(13.992.830)	(12.814.659)



28.2 – Despesas com material

	2022	2021
Material de Escritório	(64.606)	(69.928)
Uso e Consumo	(181.307)	(167.696)
Limpeza e Conservação	(360.379)	(229.834)
Esportivo	(119.475)	(121.941)
Manutenção e Reparo	(1.214.856)	(962.910)
Jardinagem	(58.044)	(44.699)
Decoração	(500)	-
Combustíveis e Lubrificantes	(31.276)	(2.607)
Medicamentos	(21.022)	(22.540)
Material de informática	(1.133)	-
Obra	(135.917)	(81.857)
Outros materiais	(134)	-
	(2.188.649)	(1.704.012)

28.3 – Despesas com serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços profissionais	(1.046.079)	(967.317)
Serviço profissional com pessoal	(557.734)	(422.908)
	(1.603.813)	(1.390.225)

28.4 – Despesas gerais

	2022	2021
Taxas públicas	(2.456.153)	(2.572.863)
Administrativas	(510.859)	(417.358)
Gerais	(498.106)	(325.730)
Social e esportivo	(224.266)	(197.092)
Taxas administrativas	(5.170)	(9.288)
Eventos promocionais	(743.806)	(98.148)
	(4.438.361)	(3.620.478)

28.5 – Despesas tributárias

	2022	2021
Pis s/ Folha de Pagamento	(69.108)	(62.310)
Impostos e Taxas	(901)	(448)
Multas e Juros	(150.654)	(87.310)
IPTU- Importo Territorial Urbano	(1.432)	(1.297)
SPU - Secretaria de Planejamento da União	(146.292)	(132.921)
SPU - Secretaria de Planejamento da União - ILHA	(164.265)	(149.251)
IRRF s/ Aplicação Financeira	(66.804)	(14.062)
IOF- imposto s/ Operação Financeira	(1.083)	(343)
Multa auto de infração - IBAMA	-	(55.228)
	(600.539)	(503.170)



28.6 – Despesas com depreciação

DEPRECIAÇÃO SEDE

	2022	2021
Edificação	(44.650)	(48.450)
Equipamento Processamento de Dados	(57.686)	(33.686)
Equipamento de Comunicação	(3.436)	(4.472)
Máquinas e Equipamentos	(196.409)	(175.423)
Móveis e Utensílios	(96.856)	(97.266)
Instalações	(45.917)	(45.917)
Benfeitorias	(241.312)	(236.650)
Embarcação	(80)	(80)
	(686.346)	(641.943)

DEPRECIAÇÃO ILHA

Edificação	(238.948)	(238.948)
Equipamentos Processamento de dados	(5.231)	(2.721)
Equipamento de Comunicação	(1.346)	(1.400)
Máquinas e Equipamentos	(99.179)	(92.091)
Móveis e Utensílios	(15.613)	(14.326)
Benfeitorias	(61.388)	(45.569)
	(421.705)	(395.055)

AMORTIZAÇÃO

Software	(6.889)	(4.699)
	(6.889)	(4.699)
	(1.114.939)	(1.041.697)

28.7 – Outras despesas

O montante de **R\$ 102.254** apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2022 (**R\$ 22.319** em 31 de dezembro de 2021), refere-se às perdas na baixa de bens permanentes.

29 – Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de Aplicações	727.562	178.975
Descontos Obtidos	20.348	2.320
Multas, Juros e Mora	92.238	79.891
Variação Monetária	7.060	14.792
Multa e Juros Taxas Estatutárias Vencidas	74.871	75.928
	922.079	351.906
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(75.500)	(85.394)
Descontos Concedidos	(1.712.408)	(1.473.822)
Anuidade e/ou Seguro Cartão de Crédito	(1.515)	(460)
	(1.789.423)	(1.559.677)
	(867.344)	(1.207.771)



30 - Cobertura de seguros

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

31 – Gerenciamento de riscos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos.

- Derivativos

A Entidade tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Entidade não realizou operações com derivativos no período.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Entidade é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Entidade, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Entidade.

32 – Eventos subsequentes

A Entidade não identificou e não realizou qualquer evento subsequente que impacte as demonstrações financeiras entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de janeiro de 2023, data de aprovação destas demonstrações financeiras.



Cláudio César Leite Alves
Presidente Executivo
CPF 393.584.027-68



Ieda Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora – CRC-RJ 055083/0-6
CPF 801.611.897-68



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Associados, Conselheiros, e Administradores do
Marina Barra Clube.
Rio de Janeiro – RJ.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Marina Barra Clube. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Marina Barra Clube, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi constituída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

"Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

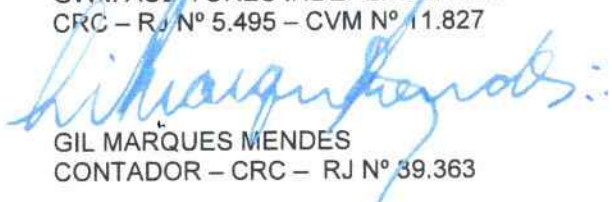
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023.

GWM AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – RJ Nº 5.495 – CVM Nº 11.827


GIL MARQUES MENDES
CONTADOR – CRC – RJ Nº 39.363